

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

### 1 – ATAS

1.1 – 30ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura  
1.2 – Comissão

### 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

2.1 – Comissões

### 3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

### ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/4/2022

#### Presidência do Deputado Doutor Jean Freire

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Resolução n°s 174 e 175/2022; Projetos de Lei n°s 3.675 e 3.676/2022; Requerimentos n°s 10.978 e 10.990 a 11.008/2022 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Agropecuária e de Cultura e da deputada Celise Laviola – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Virgílio Guimarães e Arlen Santiago – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Decisão da Presidência – Encerramento – Ordem do Dia.

#### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Doutor Jean Freire – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Ione Pinheiro – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Professor Wendel Mesquita – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

#### Abertura

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Às 14h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Virgílio Guimarães, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

**Correspondência**

– A deputada Beatriz Cerqueira, 1º-secretária *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

**OFÍCIOS**

Da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.665/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria-Geral do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.666/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.732/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.739/2022, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

**2ª Fase (Grande Expediente)****Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 174/2022**

Ratifica a concessão de regimes especiais de tributação concedidos ao setor da economia que menciona, nos termos dos arts. 225 e 225-A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Ficam ratificadas as medidas de proteção à economia do Estado, conforme exposição de motivos encaminhada por meio da Mensagem nº 163/2021, incidentes sobre o contribuinte mineiro do setor da indústria vidreira de embalagens para bebidas e alimentos.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2022.

Comissão de Fiscalização Financeira.

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para DELIBERAÇÃO, nos termos da Decisão Normativa nº 18.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 175/2022**

Ratifica os Convênios ICMS nºs 187 e 191, de 20 de outubro de 2021, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Ficam ratificados os seguintes convênios celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz:

I – Convênio ICMS nº 187/2021, que concede isenção do ICMS nas operações com as mercadorias que especifica, destinadas a órgãos da administração pública direta federal, estadual e municipal;

II – Convênio ICMS nº 191/2021, que revoga inciso do Convênio ICMS nº 178/21, que prorroga as disposições de convênios ICMS que dispõem sobre benefícios fiscais e restabelece o prazo final e a vigência do Convênio ICMS nº 64/2020, prorrogado pelo Convênio ICMS nº 28/2021.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2022.

Comissão de Fiscalização Financeira.

– Publicado. Inclua-se o projeto em ordem do dia.

**PROJETO DE LEI Nº 3.675/2022**

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado de Minas Gerais o Concurso de Marcha de equídeos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido como de relevante interesse cultural do Estado de Minas Gerais, o “Concurso de Marcha” de equídeos.

Art. 2º – O bem cultural de que trata esta lei poderá, a critério dos órgãos responsáveis pela política de patrimônio cultural do Estado, ser objeto de proteção específica, por meio de inventários, registro ou de outros procedimentos administrativos pertinentes, conforme a legislação aplicável.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de abril de 2022.

Glaycon Franco (PV)

**Justificação:** O presente projeto tem por finalidade reconhecer como de relevante interesse cultural do Estado o Concurso de Marcha de equídeos, modalidade tradicional e frequente em Minas Gerais, haja vista sua importância, impacto e repercussão, em nível estadual e federal.

A prática desses eventos está enraizada em todo o território do Estado, com tradição secular, onde, na grande maioria dos municípios, existem adeptos apaixonados pela atividade.

O concurso de marcha é um evento tradicional, uma prova pública realizada durante exposições oficiais, e também em eventos não oficiais, que visa valorizar e preservar a marcha característica da raça, dando ao público oportunidade de visualização da imagem do andamento característico, assim como defini-lo de modo uniforme entre os técnicos e criadores.

Importante dizer que os concursos de marcha possuem um importante papel nas localidades onde são realizados, pois geram emprego e renda para muitas famílias de criadores e seus auxiliares e, conseqüentemente, fomentam a atividade econômica.

Lado outro, a atividade empresarial também é beneficiada, pois é movimentada. Entre outros beneficiam-se cadeias de alimentos para os animais, empresas de insumos veterinários, gerando atividade, também, para todos os profissionais envolvidos.

Tendo em vista o fortalecimento da cultura das marchas no Estado de Minas Gerais, por sua importância histórica e cultural, além da econômica, conto com o apoio dos nobres colegas para a sua aprovação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 3.676/2022

Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Colar Metropolitano.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Colar Metropolitano, com o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica na região.

§ 1º – Para os fins desta lei, considera-se Região Metropolitana de Belo Horizonte e Colar Metropolitano, aqueles municípios definidos na Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006.

§ 2º – As ações governamentais relacionadas ao polo de que trata esta lei serão realizadas no âmbito da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – Peapo –, instituída pela Lei nº 21.146, de 14 de janeiro de 2014.

Art. 2º – As ações governamentais relacionadas ao polo de que trata esta lei observarão os seguintes princípios:

- I – desenvolvimento sustentável;
- II – participação e protagonismo social;
- III – preservação ambiental com inclusão social;
- IV – soberania e segurança alimentar e nutricional;
- V – diversidade agrícola, biológica, territorial, paisagística e cultural.

Art. 3º – As ações governamentais relacionadas ao polo de que trata esta lei observarão as seguintes diretrizes:

- I – fomento aos sistemas de produção agroecológicos e orgânicos consolidados e em transição agroecológica e orgânica;
- II – valorização da agrobiodiversidade e incentivo à implantação e ao fortalecimento de sistemas de produção diversificados;
- III – estímulo à diversificação da produção agrícola e da paisagem rural;
- IV – promoção da utilização dos recursos naturais com manejo ecologicamente sustentável;
- V – transversalidade, articulação e integração das políticas públicas estaduais relativas à agroecologia e à produção orgânica e entre os entes da federação;
- VI – estímulo ao consumo de alimentos agroecológicos e orgânicos, por meio de promoção e divulgação de locais de abastecimento e por meio de investimentos na produção e no aumento da oferta de produtos;
- VII – consolidação e fortalecimento da participação e do protagonismo social em processos de garantia da qualidade dos produtos agroecológicos e orgânicos, em metodologias de trabalho relativas ao desenvolvimento rural e ao manejo de agroecossistemas;

VIII – reconhecimento dos sistemas agroecológicos e orgânicos como passíveis de retribuição por serviços ambientais prestados pelos agricultores;

IX – fortalecimento das organizações da sociedade civil, das redes de economia solidária, das cooperativas, das associações e dos empreendimentos econômicos que promoverem, assessorarem e apoiarem a agroecologia e a produção orgânica;

X – apoio às pesquisas científicas, à sistematização de saberes e experiências populares, às metodologias de trabalho e ao desenvolvimento de tecnologias aplicadas aos sistemas agroecológicos e de produção orgânica;

XI – fomento à agroindustrialização, ao turismo de base comunitária, com vista à geração e à diversificação de renda no meio rural;

XII – apoio à comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos e à ampliação do acesso a mercados diversificados, priorizando-se a organização de cadeias curtas, os empreendimentos cooperativos de economia solidária e as feiras livres de venda direta ao consumidor;

XIII – incentivo à permanência da população no meio rural e à sucessão nas propriedades rurais, por meio de políticas públicas integradas, associando a produção agroecológica e orgânica com a diversidade cultural e com a qualidade de vida no meio rural;

XIV – promoção de condições diferenciadas de acesso às políticas públicas para jovens e mulheres que vivam no meio rural;

XV – fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de insumos agroecológicos e orgânicos, da qualidade de produtos agroindustrializados, das tecnologias e das máquinas socialmente apropriadas e consideradas como de baixo impacto ambiental;

XVI – apoio à geração e utilização de energias renováveis que contribuam para a eficiência energética no meio rural e para a minimização de impactos ambientais;

XVII – incentivo à gestão sustentável nas unidades produtivas;

XVIII – reconhecimento da importância dos movimentos de agroecologia, da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais para a agrobiodiversidade e a soberania e segurança alimentar e nutricional.

Art. 4º – As ações relacionadas à implementação do polo de que trata esta lei contarão com a participação de representantes dos agricultores familiares e das entidades públicas e privadas ligadas à produção, agroindustrialização e à comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2022.

Leninha, líder da Bancada Feminina, vice-líder do Bloco Democracia e Luta e vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT).

**Justificação:** O presente projeto de lei pretende instituir o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Colar Metropolitano, com o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica na região, viabilizando o uso racional da terra na produção de alimentos saudáveis, sem a utilização de agrotóxicos, e contribuindo também para a preservação do meio ambiente.

Nos últimos 30 anos, diversas são as experiências governamentais e não governamentais de apoio a agroecologia e produção orgânica bem sucedidas na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no Colar Metropolitano. Tais experiências articuladas, fortalecerão e se tornarão políticas públicas municipais, regionais e incentivarão a implementação em todo o Estado de Minas Gerais da Lei nº 21.146, de 2014, que instituiu a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – Peapo.

Este projeto de lei é orientado pelos princípios do desenvolvimento sustentável, da participação e protagonismo social, da preservação ambiental com inclusão social, da soberania e segurança alimentar e nutricional, da diversidade agrícola, biológica, territorial, paisagística e cultural. Além do reconhecimento da importância dos movimentos de agroecologia, da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais para a agrobiodiversidade e a soberania e segurança alimentar e nutricional.

Recomenda-se que a implementação, gestão e controle social do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Colar Metropolitano conte com a participação das agricultoras e agricultores familiares e seus representantes de associações, cooperativas, entidades públicas e privadas, universidades e de organizações da sociedade civil ligadas à produção, agroindustrialização e à comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos.

A Agroecologia compreende o campo do conhecimento transdisciplinar que estuda os agroecossistemas, visando ao desenvolvimento das relações entre capacidade produtiva, equilíbrio ecológico, eficiência econômica, equidade social e uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais, por meio da articulação entre conhecimento técnico-científico, práticas sociais diversas e saberes e culturas populares e tradicionais. Em outras palavras, a Agroecologia é não só ciência, prática e movimento social, mas também vem sendo estabelecida como diretriz de políticas governamentais e como parte do sistema de educação formal.

Já a Produção Orgânica é aquela em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

A instituição do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Colar Metropolitano vem fortalecer na Capital do Estado de Minas Gerais e nos municípios do entorno, a dinâmica já iniciada nas regiões da Zona da Mata, Sul e Sudoeste de Minas com a instituição do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata (Lei nº 23.207/2018) e do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais (Lei nº 23.939/2021).

Por essas razões, conto com o apoio dos(as) nobres parlamentares desta Casa para a aprovação do nosso projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Agropecuária para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

## REQUERIMENTOS

Nº 10.978/2022, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Bevap Bioenergia por ter sido campeã, na categoria Brasil, do Prêmio Produtividade, na safra 2021/2022. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 10.990/2022, do deputado Cristiano Silveira, em que requer que a Mesa da Assembleia, em virtude das informações divulgadas pelo Sindicato dos Servidores da Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais – Sinfazfisco –, solicite aos servidores da Casa a realização de um estudo detalhado sobre os valores apresentados pelo Governo de Minas Gerais na propositura da ADI nº 7145/2022, que busca declarar a inconstitucionalidade dos arts. 10 e 11 da Lei nº 24.035, de 2022, com o objetivo de verificar se é verdadeiro o cálculo referente às modificações aprovadas na ALMG na lei citada, que totalizariam o valor de R\$8,68 bilhões; e que a Mesa encaminhe as informações colhidas para o ministro relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.145, caso acrescentem novidades ao processo. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.991/2022, do deputado Raul Belém, em que requer seja formulado voto de congratulações com as historiadoras Aparecida da Glória Campos Viera e Juscélia Abadia Peixoto pelo lançamento do livro *Araguari, logradouros, estabelecimentos, moradores e curiosidades*. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 10.992/2022, do deputado Leonídio Bouças, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sindicato Rural de Uberlândia pela realização da 9ª edição da Feira de Máquinas, Equipamentos, Implementos e Insumos Agrícolas, Veículos Utilitários e de Passeio e Painéis Temáticos – Femec –, ocorrida de 22 a 25 de março de 2022, na cidade de Uberlândia. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 10.993/2022, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja formulado voto de congratulações com Dom Walmor Oliveira de Azevedo pela comemoração do seu 68º aniversário. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 10.994/2022, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Patrulha Aérea Civil de Minas Gerais pelos 63 anos de criação da Patrulha Aérea Civil no Brasil, comemorados em 16 de abril. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.995/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para o término das obras do prédio da Escola Estadual Paula Rocha, localizada no Município de Sabará, tendo em vista que as obras já se arrastam há quase dez anos e tal situação tem comprometido o pleno funcionamento da instituição, considerando-se que a escola não conta com salas adequadas para alunas e alunos, tampouco para a direção, o corpo docente, a secretaria e a supervisão, não possui quadra poliesportiva, biblioteca, laboratório de informática, além de não ter banheiros em número suficiente, o que compromete o bom atendimento de toda a comunidade escolar.

Nº 10.996/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja mantida a oferta do ensino médio regular da Escola Estadual Bueno Brandão, localizada em Uberlândia, tendo em vista a necessidade de atender à demanda da comunidade escolar da região.

Nº 10.997/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para que não se realize a exoneração dos vice-diretores da Escola Estadual Governador Milton Campos, em Belo Horizonte, haja vista a inviabilidade da continuidade do trabalho da direção escolar sem o auxílio da integralidade da vice-direção, considerando-se o porte da instituição, que acarreta complexa administração de seu espaço, de seu corpo docente e discente, autorizando-se a permanência dos vice-diretores, conforme o art. 36 da Resolução SEE nº 4.672, de 7 de dezembro de 2021.

Nº 10.998/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o planejamento dessa pasta para a Escola Estadual Raimundo Alves Torres – Esedrat –, sediada em Viçosa, e para a região onde se insere, no que se refere à oferta do ensino médio regular, em respeito à opção das famílias e dos alunos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.999/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – pedido de providências para que, conforme solicitação dos estudantes quilombolas e indígenas do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Câmpus Araçuaí –, seja ampliado o número de bolsas do Programa Bolsa de Permanência, destinado aos estudantes quilombolas e indígenas, de 20 para 111, conforme o número de solicitações de acesso ao programa.

Nº 11.000/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – pedido de providências para que não seja efetuado nenhum corte, a título de ajuda de custo, dos servidores lotados nessa universidade que aderiram ao movimento grevista da categoria.

Nº 11.001/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam realizadas obras de adequação do piso e de construção de cobertura da quadra poliesportiva da Escola Estadual Professor José Eutópio, na Rua Custódio Tristão, nº 1, no Bairro Santa Terezinha, no Município de Juiz de Fora.

Nº 11.002/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Natália Montes da Fonseca, pela publicação do livro *A mulher que empoderava mulheres*, que versa sobre a importância das mulheres inspiradoras na luta por igualdade. (– À Comissão dos Direitos da Mulher.)

Nº 11.003/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – pedido de providências que seja realizada avaliação pedagógica da obra literária *A mulher que empoderava mulheres*, da professora, historiadora e escritora mineira Natália Montes da Fonseca, com o propósito de viabilizar a inclusão do referido livro no Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD – e nas ações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Nº 11.004/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao prefeito de João Pinheiro pedido de informações detalhadas sobre os valores recebidos dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb – até final do ano de 2021 e o investimento dos recursos na remuneração dos profissionais da educação, bem como o saldo atual do fundo nas contas do Poder Executivo Municipal.

Nº 11.005/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de João Pinheiro e à Secretaria Municipal de Educação – Smed –, nesse município, pedido de providências para que seja realizado o pagamento do rateio do Fundeb, do ano de 2021, para todos os profissionais do quadro administrativo da rede municipal de ensino.

Nº 11.006/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – pedido de providências para que seja criado o curso de Licenciatura em Dança no Instituto de Artes dessa universidade, tendo em vista a existência de demanda de profissionais das redes estadual e municipal de ensino que almejam formação na referida área.

Nº 11.007/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à superintendente regional de Ensino Metropolitana A, em Belo Horizonte, pedido de informações sobre a previsão para implantação do ensino médio no Distrito de Casa Branca, em Brumadinho, conforme compromisso firmado com a comunidade escolar em 2020. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.008/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao Sr. Luís Roberto Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal, na condição de relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.145/MG, proposta pelo governador do Estado em face da Assembleia Legislativa, pedido de providências para que seja reconhecida a constitucionalidade dos arts. 10 e 11 da Lei nº 24.035, de 2022, como forma de valorização dos profissionais da educação básica.

### Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Agropecuária e de Cultura e da deputada Celise Laviola.

### Oradores Inscritos

O deputado Virgílio Guimarães – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, caros ouvintes da nossa TV Assembleia que acompanham a nossa reunião plenária desta tarde. Já, por diversas vezes, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu ocupei esta tribuna para falar da oportunidade deste momento em que se aproximam as eleições; em que, cada vez mais, o noticiário se concentra nas diversas hipóteses de candidaturas, nas pesquisas pré-eleitorais. E em tudo isso, nós, cada vez mais, lançamos o olhar para o futuro, para o próximo ano. Os embates, neste instante, são sobre a avaliação da atitude desse ou daquele governo, desse ou daquele governante, mas sobretudo sobre as proposições, sobre o futuro. Quero insistir que nós devemos aqui, na Assembleia Legislativa, aproveitar este momento para aprofundar as nossas decisões, o nosso esforço legislativo, para o futuro também. Sobre tudo porque cada um aqui tem o seu candidato – se não tem, terá o seu candidato a governador –, tem as suas afinidades com os programas para o País. Mas temos sobretudo um compromisso ainda, nós, que lutamos tanto por este mandato atual, de fazer o melhor neste momento, não só para o que ocorre agora, mas sobre os efeitos que serão produzidos para o futuro próximo, para o próximo governo.



É assim quando nós discutimos, por exemplo, as mudanças tributárias, que começarão a valer para o próximo ano. Mesmo sem saber quem será o governador, nós faremos o melhor; mesmo sem saber o que ocorrerá na esfera federal. Nós temos obrigação de, por exemplo, nos preocuparmos sobre a questão do endividamento do Estado. Tem a opinião atual sobre finanças do Estado, se estão em equilíbrio, se estão em risco, se estão em profundo desequilíbrio fiscal, mas eu creio que não há ninguém aqui que não queira que haja uma prorrogação da liminar que concede a Minas o privilégio de não ter que arcar mensalmente com a amortização da dívida com a União. Seriam cerca de R\$700.000.000,00 ao mês. Não creio que alguém, sobretudo até porque essa liminar terá pouquíssimo impacto sobre a questão eleitoral agora, porque, se for cassada, até ela ser executada, nós já estaremos às portas das eleições.

Portanto, nós que vamos votar agora, que teremos de votar ainda este semestre, sob pena de não haver o recesso, teremos de nos debruçar sobre a Lei das Diretrizes Orçamentárias, e essas diretrizes orçamentárias serão profundamente afetadas. Diretrizes Orçamentárias para 2023. Mais uma vez estamos falando do futuro, do futuro incerto no que se refere ao governante do Estado, ao Executivo. Nós temos obrigação, portanto, de fazermos a legislação naquilo que é necessário agora para produzir efeitos no ano que vem, cada um na convicção de que será governo. Creio que poucos aqui vão apoiar alguém, fazer campanha, na convicção da derrota.

Portanto, ao votarmos uma diretriz orçamentária, nós temos de ter clareza sobre que orçamento queremos. Quais as receitas e quais as despesas? Alguns pensam exclusivamente em ajuste fiscal, com base em cortes salariais, cortes de tamanho do Estado, cortes em benefícios sociais. Outros, nos quais eu me incluo, pensam em termos novas receitas, com crescimento econômico, novas receitas com tributação saudável, adequada, justa, onde pode ser incrementada.

Creio que nós temos um momento ímpar em toda a nossa trajetória nesses três anos, de votarmos, ainda este ano, e de preferência antes das diretrizes orçamentárias, portanto, ainda este semestre, alguns pontos fundamentais, para os quais eu chamo atenção aqui. Um deles é a questão da equação, de se equacionar a questão da dívida do Estado. Não vamos ter de dar aquele cheque em branco, que é votar o projeto de lei do governo. Isso não será votado na Assembleia. O governo sabe disso. Ninguém pode depender disso para fazer a renegociação da dívida, mas muitas medidas são absolutamente necessárias, cabíveis, e, na legislação em vigor, darão suporte às medidas que votarmos aqui para que haja uma saudável renegociação da dívida, uma saudável continuação pelo menos da manutenção da liminar que nos livra desse ônus, independentemente da discussão que fizerem na campanha.

Há alguns que vão atacar o governo passado, que legou ao governo atual a suspensão do pagamento da dívida. Se legou alguns salários atrasados, alguns compromissos atrasados com as prefeituras, o que é verdade, legou também, muito maior do que isso, o não pagamento de R\$700.000.000,00 por mês. Esse é um debate secundário. Uns dirão uma coisa, outros dirão outra. Uns farão críticas ao governo passado, outros farão críticas ao governo atual, mas nada disso substitui a necessidade de resolver o problema futuro, até para que nós possamos, de uma maneira responsável, votar o orçamento do ano que vem. Nós já estamos no limiar do envio aqui do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Portanto, já começamos a ter obrigação de enxergar esse futuro. Eu falo isso muito à vontade, talvez até um pouco pela minha experiência já longa na militância parlamentar, nas questões econômicas, sabendo que o embate político é muito de curto prazo, mas as atitudes são de médio e longo prazos, pelo menos as mais importantes.

Eu me lembro, por exemplo, de que, no início do ano passado, em 2021, logo na abertura do ano, eu propus que formássemos uma comissão especial para acompanhar a questão das barragens. O ano passado que falo é em 2020. O prazo do vencimento da lei que impunha prazos para os descomissionamentos das barragens chegaria. Foi uma proposição que não teve repercussão, porque as coisas estavam longe. É claro que nós teríamos que ter feito uma comissão, na minha opinião. Eu propus na época. Não consegui sensibilizar a liderança do meu bloco, não consegui sensibilizar o restante da Casa. Mas é evidente que nós deveríamos ter feito um acompanhamento de perto, saber em que pé estava andando, se já estava descomissionando, se não estava, etc. Depois, apresentei um projeto para a própria Assembleia estabelecendo as condições para esse descomissionamento, para resolver

a questão de uma maneira que nós tivéssemos a legislação feita aqui, no posto do comando, e acabamos deixando as coisas como estavam, e o Ministério Público fez lá o seu TAC, Termo de Ajuste de Conduta, e resolveu do seu próprio meio, e nós perdemos a oportunidade de assumir o comando disso. Falo isso porque eu creio que nós também, neste momento... Eu chamo a atenção e tenho o mesmo projeto de lei da mineração responsável como um dos caminhos para a evolução correta, saudável das receitas públicas, que é através do crescimento econômico.

Chamo a atenção, mais uma vez, para o fato de que nós temos nichos importantes de tributação que devemos trilhar. Nós aqui, às vezes, somos muito pródigos em concessões, em benefícios fiscais. Fizemos isso com o IPVA, dando um largo congelamento de valor dos veículos, inclusive para aqueles que já tinham benefício fiscal. Eu não vou discutir isso, mas nós devemos ser atentos também em como gravar, não é só em conceder benefícios. Isso seja talvez mais fácil, mas é em buscar onde tributar, onde há nichos de tributação que estão inadequadamente alcançados pela legislação. Volto a insistir que nós temos que tributar as exportações de alguns produtos minerais. Há coisa para isso, o imposto existe, é o imposto de exportação. O ouro, o minério de ferro está a U\$150 a tonelada, isso suporta uma tributação, em vez de ficar discutindo negócio de mineração. A mineração existe e, em determinados níveis de preço – o preço platts está U\$150 a tonelada – comporta, sim, muita tributação. Comporta e devemos fazê-lo. Por que não? Por que não tributar o ouro? Por que não fazer a tributação dos meios de comunicação, que estão aí crescendo a olhos vistos? Nós poderíamos ter R\$20.000.000,00 de arrecadação e sem saber quem será o governador. Vamos fazer isso para o ano que vem. Chamo a atenção para isso. Não vamos esperar o leite derramar, como ocorreu com a questão de descomissionamento, para depois ficar de longe acompanhando, uns aplaudindo, outros fingindo que não veem as coisas sendo resolvidas à revelia da Casa.

Insisto, não adianta ficar aguardando o que vai ocorrer, o que vai ocorrer com a tributação mundial, o famoso imposto mundial sobre os gigantes das comunicações, o Facebook, o Google, o WhatsApp, a Amazon e outras mais. Vamos fazer a nossa parte, vamos alcançá-los pelo ICMS. Depende de nós aqui.

Eu sei que muitos, inclusive com posições importantes no Executivo, são contrários por uma posição ideológica. Mas agora não é questão ideológica. Nós temos a possibilidade de alcançá-los, vamos deixar esses gigantes do faturamento no mundo? Antes havia uma desculpa de que estava em discussão um acordo mundial para tributá-los. Com a questão da Ucrânia, com o boicote que está havendo à Rússia e com o fortalecimento das alternativas via Brics, isso jamais vai acontecer em termos de curto e médio prazos. Vamos fazer a nossa parte, por que não? Por que a Assembleia não assumir e posto do comando e tributar a quem precisa ser tributado? Não basta ficar fazendo discurso contra os benefícios fiscais já distribuídos, vamos tomar atitude e fazer, de fato, o reequilíbrio das contas através, inclusive, da redução, onde puderem ser reduzidos, dos benefícios fiscais já distribuídos, sobretudo... O maior benefício que existe é onde a tributação não existe, simplesmente.

Vamos fazer a nossa parte. Eu creio que o momento é ótimo para que avancemos de uma maneira absolutamente ativa, autônoma, de olhos colocados no futuro e representando hoje o voto que tivemos tantas dificuldades para alcançar e nos trazer aqui a esta Casa.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, não faço aqui um discurso, mas proponho – inclusive estou entrando com um requerimento nesse sentido – a criação de uma comissão extraordinária para isso – vou voltar a esse tema, e nós temos espaço regimental para tal –, para discutir toda a questão do futuro fiscal, da arrecadação e do desenvolvimento econômico do Estado.

Para terminar, nós tivemos, inclusive, a votação da PEC dos precatórios, que precisa ser regulamentada aqui. Podemos fazer disso – contém benefícios para os devedores – uma alavanca também para o desenvolvimento, resolver entraves dos investidores, dos empreendedores, calcando esses benefícios da lei chamada de precatórios, mas é muito mais ampla do que o precatório, na aplicação em desenvolvimento, em investimentos em nosso estado.

Portanto fica aqui a minha convicção e o meu anúncio de que, mais uma vez, vou propor uma comissão para, de uma maneira focada, discutir tão importantes temas, porque não estamos no apagar das luzes de uma legislatura. Estamos nos labores, no

início de novos tempos, de futuro governo, que precisa ser encarado agora, porque esses temas são sempre tratados de um ano para o outro. Portanto, 2023, para nós, da Assembleia, já começou. Tenho dito.

O deputado Arlen Santiago – Boa tarde a todas, a todos; boa tarde aos mineiros. Hoje temos algumas importantes comunicações a serem feitas. O diário oficial do Estado hoje apresentou o interesse da desapropriação de 101.000m<sup>2</sup> de terra aqui em Montes Claros. Então, colocou como interesse social, para fins de desapropriação e, nesse mesmo edital, já autorizou a Eco135 a promover essa desapropriação para nela passarmos os anéis rodoviários de Montes Claros.

No primeiro ano de governo, convidei o secretário Marco Aurélio, da infraestrutura, que veio aqui e viu a questão do anel sul, as pistas programadas há mais de 50 anos e que não estavam feitas. O Marco Aurélio levou até o governo de Minas Gerais, e a obra está sendo feita, está agora num ritmo já final para ser feita. Além disso, também estivemos agora com o secretário Fernando Marcato, que assumiu o compromisso de enviar o pessoal do DER e o pessoal da ECO 135, por volta do dia 25 de maio, até a câmara municipal, onde os vereadores fizeram uma audiência pública. Eu estive presente, e o pessoal da região da Lagoinha, do Planalto, da Varginha da Onça e do Pentáurea também estiveram lá, mas, infelizmente, não tivemos a informação necessária. No dia anterior, juntamente com o vice-prefeito de Montes Claros, o Guilherme Guimarães, e com o procurador Otávio Rocha, estivemos com alguns moradores de lá, os filhos do nosso querido João Maia, e aí já houve algumas ideias de se mudar um pouco o traçado da duplicação entre Montes Claros e Bocaiúva, para que a gente conseguisse evitar a morte de alguns comércios, bem como diminuir as dificuldades para os estudantes da Escola Mariana Santos e as dificuldades do posto de saúde. O nosso presidente da associação da Lagoinha, o Jair, também esteve presente, assim como o pessoal da Santa Rita, o meu amigo Simael, e tantos que vão ser muito prejudicados com essa obra... (– Falha na transmissão do áudio.)

O presidente – O deputado Arlen Santiago está com problemas técnicos, e não estamos conseguindo enxergá-lo e nem ouvir a sua voz. Vamos aguardar por alguns instantes para ver se o deputado consegue reestabelecer a conexão.

O deputado Arlen Santiago – Então agora estamos vendo isso, e, a princípio, o Marcato já agendou para o dia 24, porém o vereador Wilton disse que dia 24 é dia de reunião da câmara municipal, e por isso estamos pedindo ao nosso presidente e aos vereadores que tanto estão empenhados nesse tema, como o vereador Dias, como o vereador Wilton... (– Falha na transmissão do áudio.)

O presidente – Deputado Arlen Santiago, desculpe-nos, mas não estamos conseguindo ouvi-lo. Provavelmente é algum problema na sua conexão. Não o estamos escutando, deputado. Deputado, tente tornar a se conectar. Desligue e ligue novamente.

O deputado Arlen Santiago – Estão me ouvindo, Sr. Presidente?

O presidente – Agora, sim. Fique tranquilo que seu tempo está pausado e vamos respeitá-lo.

O deputado Arlen Santiago – Está bem. Então estamos falando da duplicação da rodovia de Montes Claros até Belo Horizonte e da falta de consciência da ECO 135 e do DER de não terem vindo à reunião da câmara.

Mas agora estivemos conversando – fui lá pessoalmente, conversei com o Fernando Marcato –, e ele já definiu. Se a câmara assim o desejar, no dia 25, poderemos ter essa reunião em que a Eco 135 vai apresentar o projeto juntamente com o DER. Nós vamos ouvir as sugestões e vamos levá-las ao Marcato, para que a maioria delas possa ser atendida e assim sejam minimizados os impactos para essa população.

No mais, é dizer que nós estamos muito satisfeitos. Agora conseguimos viabilizar dois veículos para as comunidades de Claro dos Poções. O prefeito Norberto e os vereadores haviam pedido um veículo da saúde para a localidade de Boa Sorte. Já tinha ido um veículo, antigamente, para lá e acabou não ficando, em administração passada, e agora vai ficar. Também colocamos um veículo para a cidade de Guaraciama. Quero mandar um abraço para todos lá e para o prefeito Dedim e dizer que hoje foi publicada aquela verba de R\$200.000,00 que viabilizamos para fazer a questão fundiária urbana do Município de Guaraciama. E já também destinamos uma verba de R\$200.000,00 para a cidade de Bocaiúva, para atender as pessoas que necessitam de cirurgias eletivas, não

só de Bocaiúva, como também de Guaraciama, de Engenheiro Navarro, de Couto de Magalhães, para atender. E hoje conseguimos também já a publicação de uma verba para ajudar na educação na cidade de Santa Fé, juntamente com um carro que foi publicado ontem para ajudar na saúde. Essa verba é de R\$100.000,00, para que a gente possa atender a educação de uma maneira mais efetiva. Então colocando aí essas conquistas que o Norte de Minas tem tido, e quero lembrar que, no dia 13 de maio, o Dnit estará, depois de um longo trabalho do senador Carlos Viana, do senador Alexandre Silveira, do deputado Pinheirinho, fazendo a segunda licitação para o projeto de asfaltamento entre Manga e Itacarambi. Uma coisa é certa, é certa: sei que teremos aí uma chuva de ataques daqueles que, em 16 anos mandando no País, não quiseram fazer nenhum projeto dessa estrada, dizendo: “O Ibama não quis fazer o licenciamento”. Dezesesseis anos desobedecendo a um presidente da República? Meu Deus do céu! Então, dia 13 de maio, nós esperamos que as empresas realmente apareçam. Já existe a primeira parte da verba de R\$30.000.000,00 assegurada do orçamento federal para que essa licitação possa ser feita no regime RDC, que é um regime para fazer o projeto, o licenciamento e começar o asfalto. Então, dia 13 de maio, vamos torcer para que essa estrada realmente venha a ser feita. E já temos aí a garantia do ministro de que, se, por acaso, não aparecerem empresas interessadas, o presidente da República irá mandar o Exército fazer também essa parte da rodovia de quarenta e poucos quilômetros, extremamente necessária, e que os últimos quatro governos... Até mais, não é? Os últimos governos, a vida inteira não quiseram fazer. Então, dia 13 de maio, será a abertura da licitação, se houver proponente. Infelizmente, os preços, principalmente de petróleo, estão subindo muito.

E por último gostaríamos de falar aqui e mandar um recado para o Fernando Passaglio, do Desenvolvimento Econômico, e também para o secretário de Saúde Fábio Baccheretti: os hospitais estão entrando numa situação extremamente difícil. Os produtos que são insumos necessários para o atendimento da população estão subindo numa faixa de 30%.

Então, o material de anestesia, soro fisiológico simples também subiram em torno de 30%. Aí precisamos que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico... O Passaglio esteve até na Índia há pouco tempo e quem sabe os hospitais de Minas Gerais possam conseguir importar diretamente esses produtos, visto que aqui estamos vendo esse aumento absurdo de preços.

Por falar em hospitais, temos agora uma grande alegria. O nosso grande amigo, deputado Pinheirinho, foi eleito para ser o presidente da Comissão de Seguridade Social, onde se inclui a questão da saúde. A primeira coisa que ele vai destravar é um projeto que ficou parado lá em que o presidente Bolsonaro gostaria de passar para os hospitais do Brasil alguma coisa em torno de R\$2.000.000.000,00. Então, o Pinheirinho, agora em maio, já vai destravar esse projeto para ir para o plenário onde esperamos que os deputados federais possam aprovar essa autorização de repasse para os hospitais de R\$2.000.000.000,00. Isso, na hora que divide para todos, não é muito, mas é bem melhor do que nada e a situação ficando extremamente complicada com uma tabela que ficou congelada há praticamente 20 anos. Uma consulta médica é R\$10,00, uma cirurgia de hérnia é em torno de menos de R\$500,00, R\$600,00 e para tudo é necessário médico, anestesista, enfermeiro, material, e o insumo ficando dessa maneira.

E, falando em saúde, pedi ao nosso secretário Fábio Baccheretti, que possa realmente fazer algumas oficinas melhores para que a Secretaria de Estado da Saúde crie mecanismos para facilitar esses R\$203.000.000,00, que estão à disposição dos hospitais para fazer cirurgias eletivas. Estive com o secretário de Saúde de Taiobeiras que falou que estão usando bastante esses recursos, que acabam não estando com muita facilidade à disposição de outros municípios. Então, precisamos de facilitar essa situação e aí podermos ter as cirurgias eletivas. Tenho colocado muitas emendas para cirurgias eletivas. Fizemos em Manga, quando o prefeito era o Quinquinha, mais de 2 mil cirurgias de catarata; em Várzea da Palma, mais de 800; em São João do Paraíso, 300; em Urucuia, mais de 700; em Salinas, mais 300 cirurgias de catarata e mais de 300 de hérnia e vesícula. Agora estamos colocando bastantes recursos a mais. Inclusive colocamos muitos recursos na cidade também de Francisco Sá, onde já foram feitas mais de 600 cirurgias e agora vão ser feitas ainda mais 600 cirurgias. Já estamos alocando mais R\$500.000,00 de emendas. Também na cidade de São João da Ponte já colocamos mais de R\$700.000,00 onde já realizamos mais de 200 cirurgias eletivas, mas a cirurgia eletiva não pode ficar dependente das emendas de um deputado, principalmente porque estamos vendo aí a possibilidade de gastar esses R\$203.000.000,00 e não ter de

devolver dinheiro, como a Secretaria de Estado da Saúde fez ao longo de muitos anos. No ano passado mesmo devem ter sido devolvidos quase R\$30.000.000,00 e agora temos R\$203.000.000,00 e já estamos chegando ao quinto mês. Então, é preciso que a secretaria crie mecanismos para que esses recursos possam ser usados e aquelas pessoas que têm dor, como a questão de vesícula, hemorroidas, cirurgias de miomas uterinos, possam ficar livres disso. O teto dos municípios é muito pequeno e o governo federal colocou R\$203.000.000,00 à disposição de Minas Gerais. Eu gostaria, inclusive vou procurar saber na semana que vem, de saber quanto foi gasto desse dinheiro para realmente saber se o lucro que o Estado tem que ter é o lucro da satisfação da população. Muito obrigado, Sr. Presidente. Um abraço para todos.

## **2ª Parte (Ordem do Dia)**

### **1ª Fase**

#### **Abertura de Inscrições**

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### **Comunicação da Presidência**

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n°s 10.995 a 10.997, 10.999 a 11.001, 11.003 a 11.006 e 11.008/2022, da Comissão de Educação. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

#### **Leitura de Comunicações**

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Agropecuária – aprovação, na 4ª Reunião Extraordinária, em 27/4/2022, do Requerimento n° 10.820/2022, do deputado Coronel Henrique; e

de Cultura – aprovação, na 2ª Reunião Extraordinária, em 27/4/2022, dos Requerimentos n°s 10.518/2022, do deputado Gil Pereira, 10.691/2022, do deputado Léo Portela, 10.714 a 10.716/2022, da Comissão de Educação, 10.736/2022, do deputado Gustavo Mitre e 10.737/2022, do deputado Antonio Carlos Arantes;

e pela deputada Celise Laviola – informando sua desfiliação do Movimento Democrático Brasileiro – MDB –, a partir do dia 1º/4/2022, e sua filiação ao Cidadania, a partir da mesma data (Ciente. Publique-se.).

#### **Decisão da Presidência**

Em 27 de abril de 2022, na 29ª Reunião Ordinária de Plenário, o deputado Roberto Andrade suscitou questão de ordem\* em que solicita esclarecimentos sobre a interpretação do § 1º do art. 174 do Regimento Interno, que dispõe sobre registro e precedência de proposições e outros documentos, tendo em vista os fatos recentes relacionados à desconstituição do Bloco Parlamentar Deputado Luiz Humberto Carneiro e suposto tratamento não isonômico diante da manutenção do Bloco Democracia e Luta.

Primeiramente, a presidência esclarece que, conforme suscitado pelo parlamentar em sua questão de ordem, “o registro do documento não caracteriza o seu recebimento”, ou seja, apenas o protocolo de comunicação de mudança partidária não tem o condão, por si só, de produzir efeitos. É indispensável, para tanto, a leitura dessa comunicação em reunião ordinária de Plenário, no momento regimental específico, para conferir publicidade ao seu conteúdo, possibilitando, assim, que seus efeitos sejam produzidos.

No caso específico das comunicações de mudanças partidárias apontadas na questão de ordem em apreço, a presidência esclarece que a comunicação do deputado Neilando Pimenta informando sua filiação ao Partido Socialista Brasileiro – PSB –, protocolada em 12 de abril de 2022, foi lida na primeira reunião ordinária subsequente a seu protocolo, qual seja, a 27ª Reunião

Ordinária, realizada em 19 de abril do corrente ano. A leitura dessa comunicação resultou na extinção do Bloco Deputado Luiz Humberto Carneiro – BDLHC –, conforme informado pelo presidente na referida reunião.

Cumprido lembrar que, até a data da leitura em Plenário da comunicação do deputado Neilando Pimenta, nenhuma outra comunicação de adesão ao BDLHC havia sido, sequer, protocolada. Somente em 20 de abril de 2022 – portanto, em data posterior à leitura em Plenário da mudança de partido do deputado Neilando Pimenta e da consequente desconstituição do mencionado bloco – foi protocolada comunicação do partido União Brasil informando sua adesão ao BDLHC. No mesmo dia 20 de abril, foi também protocolada comunicação do deputado Gustavo Valadares, informando sua filiação ao Partido da Mobilização Nacional – PMN – e a adesão do PMN ao BDLHC. Contudo, essa comunicação, além de ter sido apresentada após a extinção do BDLHC, não teria impacto no número total de membros do bloco, uma vez que o deputado era anteriormente filiado a uma representação partidária que já integrava o referido bloco.

Por outro lado, no que diz respeito às comunicações atinentes ao Bloco Democracia e Luta – BDL –, tem-se que, no dia 20 de abril de 2022, o Partido Liberal – PL – protocolou comunicação informando sua desvinculação do referido bloco. Porém, reafirmando o entendimento adotado pela Casa, o mero protocolo dessa comunicação não é suficiente para produzir efeitos, sendo necessária a sua leitura em reunião ordinária de Plenário. A propósito, essa leitura ocorreu na primeira reunião ordinária com quórum, subsequente ao protocolo da referida comunicação, qual seja, a 28ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada em 26 de abril deste ano. Até o dia 26 de abril, portanto, o BDL continuava plenamente constituído, contando com o PL como uma de suas bancadas, pois ainda não havia sido realizada nenhuma reunião de Plenário em que pudesse ser feita a leitura da citada comunicação de desvinculação.

Além disso, no mesmo dia 26 de abril, antes do momento regimental destinado à leitura de comunicações, qual seja, a 1ª Fase da Ordem do Dia, o deputado Gustavo Mitre comunicou sua filiação ao Partido Socialista Brasileiro – PSB –, representação partidária já integrante do Bloco Democracia e Luta. Essa comunicação foi lida também na 28ª Reunião Ordinária de Plenário, em 26 de abril de 2022, momento a partir do qual passou a surtir efeitos.

Sendo assim, ao proceder à leitura das duas comunicações relativas ao BDL no mesmo momento regimental, qual seja, a 1ª Fase da Ordem do Dia da 28ª Reunião Ordinária de Plenário, o referido bloco integralizou 16 parlamentares, número suficiente para a sua manutenção como bloco parlamentar.

Nesse ponto, vale esclarecer que, em atenção ao princípio da razoabilidade, os efeitos de comunicações relativas a um mesmo bloco, lidas em um mesmo momento de uma mesma reunião ordinária de Plenário, devem ser analisados em conjunto, a fim de se evitarem efeitos inadequados, incoerentes ou arbitrários, contrários ao interesse dos parlamentares desta Casa ou ao pleno exercício dos direitos parlamentares ou ao pleno exercício da atividade política.

Como a ação necessária para que as comunicações surtam efeito é a sua leitura em Plenário, e não apenas o protocolo, e considerando que as duas comunicações relativas ao BDL foram lidas no mesmo momento regimental de uma mesma reunião ordinária de Plenário, os efeitos por elas produzidos foram verificados em conjunto, ao final da leitura de todas as comunicações. Assim, é inquestionável que o referido bloco permaneceu com número mínimo suficiente para sua existência.

Por outro lado, como já foi explicado, a comunicação do deputado Neilando Pimenta e a consequente extinção do Bloco Deputado Luiz Humberto Carneiro foram lidas em momento anterior ao protocolo e à leitura das demais comunicações referentes ao BDLHC, não havendo possibilidade de avaliação em conjunto.

Temos, portanto, duas situações distintas, com repercussões igualmente diferentes, não podendo se falar em afronta ao princípio da isonomia.

Por todo o exposto, a presidência, no uso de suas atribuições, DECIDE que não assiste razão ao deputado em seu questionamento sendo, pois, improcedente a questão de ordem em apreço.

\* – A questão de ordem suscitada pelo deputado Roberto Andrade foi publicada na edição anterior.

**Encerramento**

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 3 de maio, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 3/5/2022.). Levanta-se a reunião.

**ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/4/2022**

Às 9h41min, comparecem à reunião, presencialmente, as deputadas Ana Paula Siqueira e Leninha e o deputado Betão (substituindo a deputada Andréia de Jesus, por indicação da liderança do BDL), de forma remota, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, publicado no *Diário do Legislativo* em 18/03/2022. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.023/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as ações implementadas pela pasta direcionadas às pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA –, com esclarecimentos acerca dos tratamentos ofertados, bem como dos serviços e das equipes de atendimento existentes em todas as regiões do Estado;

nº 12.024/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as ações ou projetos executados pela pasta com vistas a assegurar aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista – TEA – as efetivas condições para inclusão, ensino e aprendizagem no Estado; sobre a implementação e a aplicação do Plano de Desenvolvimento Individual – PDI; sobre a capacitação ou a qualificação dos monitores e demais profissionais da educação; e sobre as iniciativas para a constante conscientização dos alunos e toda a comunidade escolar;

nº 12.069/2022, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social para debater a criação de uma política de acolhimento à criança e ao adolescente órfãos de feminicídio;

nº 12.080/2022, da deputada Ana Paula Siqueira e do deputado Betão, em que requerem seja realizada audiência pública, no Município de Belo Horizonte, para debater, sob a ótica da comissão, as condições atuais de funcionamento do Hospital Júlia Kubitschek para atendimento à saúde da mulher, tendo em vista as notícias que indicam o fechamento da unidade de emergência e do serviço ambulatorial de saúde da mulher, bem como os impactos da interrupção dos serviços para o atendimento pré-natal e para a maternidade;

nº 12.083/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os desafios enfrentados pelos portadores de fibromialgia, em especial as mulheres, e as políticas públicas estaduais voltadas para esse público, por ocasião do Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento da Fibromialgia, comemorado anualmente em 12 de maio.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoa as reuniões agendadas para dia 20/4/2022, às 14 horas e às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidenta.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Visita da Comissão de Agropecuária e Agroindústria**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Inácio Franco, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 30/4/2022, às 10 horas, na ExpoZebu em Uberaba, com a finalidade de acompanhar a abertura do evento.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2022.

Delegado Heli Grilo, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Visita da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Betão, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 2/5/2022, às 9h30min, ao Centro Interescolar de Cultura Arte Linguagens e Tecnologias – Cicalt –, na Rua Santo Agostinho, 1441, Bairro Horto, em Belo Horizonte, com a finalidade de averiguar e fiscalizar as condições de prestação de serviço aos estudantes e de trabalho aos servidores, após o fechamento da antiga unidade da Escola Estadual Amélia de Castro Monteiro e transferência de seus alunos e professores para o prédio do Cicalt.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2022.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Professor Cleiton, Fernando Pacheco, Arnaldo Silva e Gustavo Mitre, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/5/2022, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a relevância dos doces mineiros na gastronomia e no turismo do Estado.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2022.

Mauro Tramonte, presidente.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 28/4/2022, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Afonso Faleiro Carvalhães dos Santos, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bartô;

exonerando, a partir de 1/5/2022, Ana Paula de Azevedo de Souza Neto, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andreia de Jesus;



exonerando, a partir de 1/5/2022, Juhlia André Santos, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andreia de Jesus;

exonerando, a partir de 1/5/2022, Tainá Aparecida de Oliveira Rosa, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andreia de Jesus;

exonerando Thiago Lemes Vieira, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;

nomeando José Edgard Guireli, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;

nomeando Monique Simões Marra, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Laura Serrano.